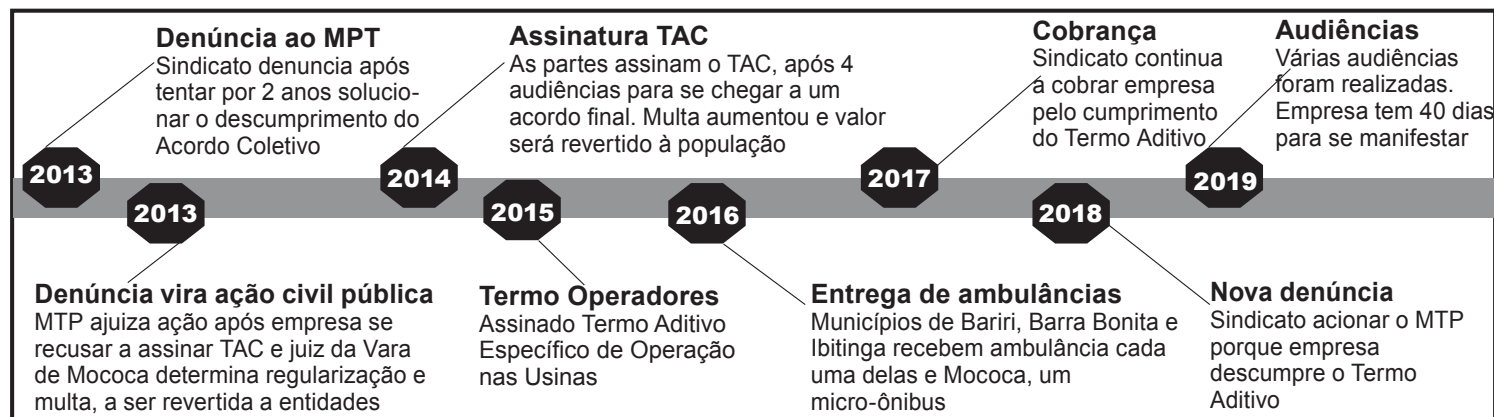


AES Tietê Energia

DESCUMPRIMENTO DE TERMO ADITIVO



A AES Tietê Energia tem 40 dias, a contar do último dia 6, para apresentar justificativas sobre o descumprimento ao Termo Aditivo Específico de Operação das Usinas ao Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em novembro de 2015 e que tem validade por cinco anos, até 2020 (*veja acima o histórico*). O prazo foi dado pela procuradora do Trabalho, Carolina Marzola Hirata Zedes, durante audiência do último dia 5, no Ministério Público do Trabalho (MPT) de Campinas.

Para reparar as irregularidades, a procuradora pediu ainda à empresa que apresente, neste mesmo prazo, uma proposta de pagamento da multa por descumprimento ao Termo Aditivo (acordo judicial). O Sindicato terá 15 dias para se manifestar. Como o prazo da empresa termina em meados de dezembro, sendo que o recesso do judiciário começa no dia 20 do próximo mês, os 15 dias do Sindicato começam a contar a partir de janeiro.

O Sinergia Campinas exige, primeiro, o cumprimento do Termo Aditivo, decorrente de uma ação judicial de

2013, antes de negociar o ACT 2020 com antecipação de um ano.

A empresa já tinha feito uma petição para cumprir um pedido anterior da procuradora de apresentação dos últimos 18 meses de folhas ponto dos trabalhadores. O sistema de informática do MPT, por meio de software, apontou para 19.945 ocorrências. Nesta semana, a empresa voltou a peticionar para explicar parte das ocorrências.

Deste universo, a previsão do Ministério Público do Trabalho é que cerca de 200 ocorrências sejam efetivamente apontadas como irregulares, de acordo com apuração preliminar do Sindicato. “A empresa chegou a querer reduzir o número de folhas ponto para 12 meses na audiência, justificando que era para não correr o risco de ter muitas ocorrências, mas a procuradora não aceitou”, relataram os dirigentes sindicais.

A procuradora elencou em ata os parâmetros a serem justificados pela empresa, com base nos relatórios de descumprimentos lavrados em 21 de outubro deste ano:

→ Quanto ao intervalo intrajornada, máximo e mínimo, uma vez que há pré-assinalação, serão desconsiderados;

→ Quanto à hora extra além do limite máximo legal, a empresa poderá considerar no cálculo o interstício mínimo de uma hora, correspondente ao intervalo de intrajornada;

→ Quanto ao DSR, deverão ser desconsideradas as variações de até 15 minutos;

→ Justificativas quanto às extrapolações de jornada, caso existentes.

Acordo e oitivas

A procuradora sugeriu que empresa e Sindicato cheguem a um acordo quanto ao patamar da multa, podendo as partes peticionarem juntas para que seja agendada uma nova audiência. Além disso, explicou que, caso a empresa não apresente o valor da multa, irá dar continuidade ao processo.

O Ministério Público do Trabalho já expediu o ofício de oitivas a trabalhadores, por meio de carta precatórias, já que esses não moram em Campinas, onde fica a sede da Procuradoria Regional do Trabalho da 15ª Região.